



REDE SALESIANA DE ENSINO SUPERIOR

Juizados Especiais

Aula 3 (05.03.13)

Vinicius Pedrosa Santos (magistrado e professor)

e-mail: vinipedrosa@uol.com.br

Ementa da aula

Competência em razão do objeto

Competência territorial

Competência de juízo e de foro

COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO OBJETO (*ratione materiae*)

a) As causas enunciadas no art. 275, II, do CPC

Discussão: a lei especial não é revogada pela geral x alterações pela Lei 9.245/95 – alíneas *a* até *m* ou *a* até *g* atuais.

Pela interpretação sistemática dos arts. 3º, 15, § 3º e 39 da Lei 9.099/95, a sentença condenatória, mesmo nas hipóteses do inciso II do art. 275 do CPC, será ineficaz na parte que superar a alçada do sistema especial.

Enunciado 58 do FONAJE: "As causas cíveis enumeradas no art. 275 II, do CPC admitem condenação superior a 40 salários mínimos e sua respectiva execução, no próprio Juizado".

b) Ação de despejo para uso próprio

Enunciado 4 do FONAJE: "Nos Juizados Especiais só se admite a ação de despejo prevista no art. 47, inciso III, da Lei 8.245/1991".

Hipóteses: *Uso do proprietário, de seu cônjuge ou companheiro (uso residencial ou não residencial), ou o uso residencial de ascendente ou descendente que não disponha de imóvel próprio.*

Obs.: se homologado acordo no sentido de que o locatário deixará o imóvel, o descumprimento autorizará a expedição de mandado de despejo ainda que o imóvel não seja destinado ao uso próprio do locador.

c) As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao limite de alçada

Mescla dos critérios matéria e valor. Art. 920 do CPC.

Quarenta salários mínimos concernem ao valor da causa e *não necessariamente ao do imóvel.*

Se ambos os litigantes pretendem a **posse a título de domínio**, o valor da causa será o do imóvel.

Se a ação tiver por objeto **direito pessoal**, o valor da causa corresponderá ao proveito econômico pretendido (**ex.:** *ação promovida pelo locatário contra o locador em razão de turbação ou esbulho da posse; terá o seu valor fixado segundo estimativa do autor ou, subsidiariamente, pela soma dos últimos aluguéis*).

Quanto à competência territorial prevalecerão as regras do art. 4º da Lei 9.099/95 (recomendação de propositura no foro da situação do imóvel – inspeções e princípio da celeridade).

Possessórias sobre bens móveis (antiga redação da alínea a do inciso II do art. 275 do CPC - incorporada pela Lei 9.099/95)

d) A execução dos seus julgados e dos títulos executivos extrajudiciais de até quarenta salários mínimos

CAUSAS EXPRESSAMENTE EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

(Art. 3º, § 2º da Lei 9.099/95)

As lides trabalhistas - art. 114 da CF (Justiça do Trabalho).

Natureza falimentar - art. 8º da Lei 9.099/95 expressa a ilegitimidade da massa falida e do insolvente civil (nada dispõe sobre as sociedades empresárias em recuperação judicial).

Inaplicáveis às antigas concordatas e à recuperação judicial (arts. 6º, §§ 1º e 4º, e 76 da Lei 11.101/2005).

Os resíduos são aqueles *"remanescentes de bens legados que, por morte do beneficiário, em virtude de cláusula expressa, são restituídos à pessoa designada pelo testador"*.

PROCEDIMENTOS REGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECIAL:

ação monitória, prestação de contas, alimentos, adjudicação compulsória, ação demarcatória etc., inviável o processamento pela Lei 9.099/95, sobretudo após a tentativa de conciliação. **E os procedimentos de jurisdição voluntária?**

Militares - regidos por princípios próprios de hierarquia e disciplina. Nenhuma sanção disciplinar a eles aplicada poderá ser questionada perante os Juizados Federais (art. 142, § 2º, da CF).

COMPETÊNCIA TERRITORIAL (regras gerais)

(Art. 4º da Lei 9.099/95)

Domicílio do réu: foros concorrentes e sempre admite que a ação seja proposta no domicílio do réu, do local onde ele exercer atividades profissionais ou econômicas e, ainda, do local onde o réu mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.

Conceito de domicílio (PF e PJ - arts. 70 e 75 do CC).

A intenção do legislador foi facilitar o acesso do autor à justiça e obrigar o réu a responder à ação em quaisquer locais em que ele mantiver os negócios, conquanto a obrigação não tenha sido contraída naquele local.

Enunciado 74 do FONAJE: *"A prerrogativa de foro na esfera penal não afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis".*

Local onde a obrigação deve ser satisfeita: ampliação da previsão contida no art. 100, IV, *d*, do CPC.

Execução de título extrajudicial, sem prejuízo da opção do foro do domicílio do executado, também podem ser considerados locais de cumprimento da obrigação: **a)** o foro do local do pagamento indicado no título; **b)** o local da emissão do cheque, pois se presume que a ordem foi dada no lugar onde tem de ser pago.

Na falta de indicação especial é considerado lugar de pagamento o designado no nome do banco sacado (art. 2º, I, da Lei 7.357/85).

Foro do domicílio do autor ou do local do ato ou do fato, nas ações para reparação de danos: qualquer que seja a natureza do dano o autor pode ingressar com a ação de reparação no *foro do seu próprio domicílio* (no CPC apenas na hipótese de reparação de dano decorrente de delito ou acidente de veículos - parágrafo único do art. 100).

O prazo prescricional é de três anos (art. 203, § 3º, V, do CC), ressalvado o caso de relação de consumo (art. 27 do CDC - cinco anos).

Obs.: nas relações de consumo deve prevalecer o foro do domicílio do consumidor (art. 101, I, do CDC).

Foro de eleição: mesmo na hipótese de ter sido contratado foro diverso (foro de eleição), poderá a ação ser proposta no foro do domicílio do réu ou do local onde ele exerça suas atividades.

Regra especial do parágrafo único do art. 4º da Lei 9.099/95 é de ordem pública e não comporta a exceção da parte final do art. 111 do CPC.

COMPETÊNCIA DE JUÍZO E DE FORO

Existem foros no âmbito da Justiça Estadual, como em Campo Grande. Trata-se de **competência absoluta (funcional)** e não se admite eleição de juízo dentre as opções dos Juizados Especial Central, Juizados Moreninhas, Juizado UCDB e Juizado Cível e Criminal (13 de junho).

O entendimento não se aplica aos Juizados Itinerantes, cuja competência é fixada por opção do autor e funcionamento autorizado pela LJE.

Quanto à **incompetência de foro**, prevalece a impossibilidade de seu reconhecimento de ofício, nos termos do verbete 33 da Súmula do STJ, do seguinte teor: *"A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício"*.

Competência territorial (Juizados Federais)

O interessado pode propor a ação na Vara Federal ou na Justiça Estadual se esta estiver no exercício de competência delegada federal ou no Juizado Especial Federal mais próximo (art. 20 da Lei 10.259/01).

Se a ação for ajuizada na Justiça Estadual, por não ser o foro sede de Juizado Especial Federal, o procedimento adotado será o comum (STJ. CC 46.672 / MG, rel. Min. Gilson Dipp, DJ 28.02.05).

Os Juizados Especiais Estaduais **não** podem julgar causas contra pessoas jurídicas de direito público, dentre elas o INSS.

Natureza optativa ou obrigatória do juizado: onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal a competência é absoluta (§ 3º do art. 3º da Lei 10.259/01), mas a ação poderá ser proposta em foro diverso.

Nos Juizados dos Estados e do Distrito Federal os fatores determinantes da competência interna **são o valor da causa, a matéria, a natureza do ato (hierarquia funcional) e o território (arts. 91 a 100 do CPC)**.

Clássico: **valor da causa e território** sugerem competência relativa. **Matéria e função** são determinados pelo interesse público e tem competência absoluta.

Princípios dos Juizados Especiais que visam aumentar e não restringir as alternativas de busca da satisfação de direitos, circunstâncias suficientes para afastar teses clássicas de interpretação.

A natureza facultativa do foro (competência relativa) no Juizado Especial Cível é prevista no Enunciado 1 do FONAJE.

Conexão e prevenção: a petição inicial não depende do despacho judicial previsto no art. 263 do CPC (art. 16 da Lei 9.099/95).

Para fins de prevenção entre juízes que tem a mesma competência territorial (competência de juízo - art. 106 do CPC) ou competência territorial diversa (competência de foro - art. 219 do CPC), **considera-se PREVENTO aquele onde primeiro se verificou a apresentação do pedido** (art. 14, caput, da Lei 9.099/95, c/c os arts. 106 e 219 do CPC).

Conexão entre processos que tramitam no Juizado Especial e na Justiça Comum: ritos processuais diferentes. Seria caso de **suspensão do processo que tiver sido ajuizado posteriormente**, com base no artigo 265, IV, "a", do CPC, no aguardo do desfecho do processo anterior?

Se verificar que a segunda ação é repetição da primeira, que ainda está em andamento, o procedimento aplicável é o do CPC: extinção do processo, sem julgamento de mérito em razão da litispendência.

Se houver ajuizamento posterior com a desistência da ação anterior, o procedimento é o mesmo (proibição da redistribuição).

Conflitos de competência: entre juízes federais devem ser solucionados pelo TRF respectivo; entre juízes federais vinculados a TRFs distintos, a questão será resolvida pelo STJ (arts. 105,1, d, e 108,1, e, ambos da CF).

E conflito de juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal? Enunciado 428, da Súmula do STJ: *"Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária."*

Enunciado 376, da Súmula do STJ: *"Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial"*.

CANCELADO Enunciado 348, da Súmula do STJ: *"Compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal, ainda que da mesma seção judiciária"*.

Se o conflito surgir entre juiz federal e juiz estadual que não está investido de jurisdição federal, também deve ser dirimido pelo STJ.

Enunciado 91 do FONAJE: *"O conflito de competência entre juízes de Juizados Especiais vinculados à mesma Turma Recursal será decidido por esta. Inexistindo tal vinculação, será decidido pela Turma Recursal para a qual for distribuído"*.

Compete ao STJ os conflitos de competência a envolver Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e dos Tribunais Estaduais.